

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
Marina Brito de Oliveira Marques	
Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa	
Sarah Brandeburski Farias	
Gabiella Donato de Oliveira Lima	
Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos	
Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos	
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva	
Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Marcelo Cachioni

Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - Ipplap; Faculdades Integradas Einstein de Limeira - Fiel; Programa de Pós-doutorado FAU USP.
Piracicaba - SP

RESUMO: O Engenho Central de Piracicaba, fundado em 1881, a partir da aquisição e instalação de maquinário francês da indústria mecânica ‘Brissonneau e Frères’, foi montado pelos engenheiros André Patureau e Fernando Dumoulin com a tecnologia mais avançada no período. Entrou em funcionamento com 50 trabalhadores no ano seguinte, processando cana-de-açúcar de pequenos e grandes fornecedores. Após duas vendas consecutivas, foi adquirido por empresários franceses, com a denominação ‘Sucrerie de Piracicaba’, os quais investiram em infraestrutura, ampliação de planta fabril e área agrícola. Em 1907 foi incorporada à ‘Société de Sucrierie Brésilliennes’ - SSB, compreendendo seis usinas, e até o final dos anos 1920 foi a maior e mais importante indústria da região. No final da década de 1960, a SSB foi nacionalizada, tornando-se ‘Usinas Brasileiras de Açúcar SA’, funcionando até 1973. Sua planta fabril, conforme o crescimento industrial, recebeu anexos e novas construções, mas apesar de não ser original, o conjunto fabril

é representativo histórica e paisagisticamente. Em 1989, sua área remanescente, incluindo a mata, foi desapropriada e tombada pelo município para ser utilizada como um parque público para atividades culturais e de lazer. Com base na identificação e análise dos elementos por meio de fontes iconográficas e edificações remanescentes, percebe-se que a paisagem cultural formada a partir de um sistema produtivo constitui-se um dos elementos mais marcantes na ambiência urbana, já consolidada e considerada um ícone piracicabano turístico e cultural, pois alia a paisagem natural formada pelo Salto do Rio Piracicaba e a paisagem edificada de remanescente fabril.

PALAVRAS-CHAVE: Piracicaba; Engenho Central; Paisagem Cultural.

ABSTRACT: The Central Mill of Piracicaba, founded in 1881, from the acquisition and installation of French mechanical machinery ‘Brissonneau and Frères’, was assembled by the engineers André Patureau and Fernando Dumoulin with the most advanced technology in the period. It went into operation with 50 workers the following year, processing sugarcane from small and large suppliers. After two consecutive sales, the mill was acquired by French businessmen, with the name ‘Sucrerie de Piracicaba’, which invested in infrastructure, expansion of factory plant and agricultural

area. In 1907 it was incorporated into the Société de Sucrerie Brésilliennes - SSB, comprising six mills, and by the end of the 1920s was the largest and most important industry in the region. In the late 1960s, SSB was nationalized, becoming 'Usinas Brasileiras de Açúcar S.A.', operating until 1973. Its manufacturing plant, according to industrial growth, received annexes and new constructions, but although not original, the manufacturing complex is representative historically and landscape. In 1989, its remaining area, including the forest, was expropriated and registered by the municipality to be used as a public park for cultural and leisure activities. Based on the identification and analysis of the elements through iconographic sources and remaining buildings, we can see that the cultural landscape formed from a productive system is one of the most striking elements in the urban environment, already consolidated and considered a 'piracicaban' icon tourist and cultural, as it combines the natural landscape formed by the Piracicaba River Waterfall and the built environment of factory remnant.

KEYWORDS: Piracicaba; Central Mill; Paisagem Cultural.

O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA

A partir da década de 1870, os complexos produtivos paulistas passaram a ser constituídos conforme os incentivos da política imperial de modernização da produção açucareira no Brasil, dentre eles, o Engenho Central de Piracicaba, terceiro estabelecimento industrial da cidade. Em 19 de janeiro de 1881, Estevão Ribeiro de Souza Rezende (advogado e empresário, futuro Barão de Rezende), e os agricultores Antonio Corrêa Pacheco e Joaquim Eugenio do Amaral Pinto, entre outros associados, abriram a Empresa do Engenho Central, com maquinário produzido na indústria mecânica 'Brissonneau Frères', da cidade francesa de Nantes, no Pays de la Loire. Em 3 de maio daquele ano, o sócio e gerente da empresa, Estevam de Rezende, cedeu parte de suas terras na Fazenda São Pedro, para a instalação do engenho. Quatro dias depois, em 7 de maio de 1881, o imperador D. Pedro II assinou o Decreto Imperial nº 8.089, concedendo a autorização para o funcionamento (CAMARGO, 1899; GUERRINI, 2009).

Ainda em 1881, no dia 18 de novembro, chegou da França a primeira remessa de maquinaria, tendo início a sua montagem sob a direção do engenheiro industrial André Patureau e do engenheiro Fernando Dumoulin. Meira (2007) afirma que, talvez pela preocupação em montar o engenho com a tecnologia mais avançada no período, as obras demoraram a serem concluídas, sendo que a companhia despendeu na montagem uma quantia maior que o capital garantido. Apenas em outubro de 1882 as máquinas do Engenho Central foram acionadas, pondo em funcionamento o complexo agroindustrial (CAMARGO, 1899; GUERRINI, 2009; MEIRA, 2007).

Para Meira (2007), a atuação das empresas estrangeiras, principalmente francesas, foi decisiva na montagem dos engenhos centrais, uma vez que o Brasil não possuía capital nem tecnologia para instalação das fábricas, criando vínculo com o

capital externo, o qual atuou tanto no fornecimento dos novos maquinários, quanto na própria montagem de engenhos centrais por companhias estrangeiras.

A experiência pioneira do Engenho Central de Porto Feliz, inaugurado em 1878, incentivou a abertura dos engenhos centrais em 1881, nas cidades de Lorena e em Capivari, além do Engenho Central de Piracicaba. Segundo Melo (2006), as novas fábricas possibilitaram a São Paulo um novo padrão técnico mecanizado, produzindo em grande escala e maior produção em relação aos engenhos tradicionais. Além disso, “os municípios onde estavam localizados transformaram-se nos maiores produtores provinciais e suas fábricas eram exemplos nacionais de modernização do setor no Império” (MELO, 2006).

São Paulo, a partir do crescimento econômico e demográfico da segunda metade do século XIX, com a instalação de ferrovias e a política de imigração, assumiu o protagonismo econômico no país, tornando-se o principal mercado consumidor brasileiro de derivados de cana (MELO, 2006).

Apesar do crescimento do volume de produção estadual, nos primeiros anos da década de 1880, o Engenho Central de Piracicaba enfrentava dificuldades financeiras, agravadas pelo decreto nº. 9.253, de 2 de agosto de 1884, que declarava a concessão caduca pelo governo, perdendo, desta forma, o direito de garantia de juros (MEIRA, 2007).

Segundo Terzi e Peres (2010), o decreto 8.089 de 07/05/1881 do governo imperial que autorizava o funcionamento da Cia. do Engenho Central de Piracicaba garantia empréstimo por 20 anos, para uma capacidade diária de 240 toneladas com produção mínima de 16.000 sacos de 60 quilos. Entretanto, era difícil cumprir essa produção mínima, considerando que a viabilidade dos engenhos centrais residia na garantia do suprimento de cana suficiente por agricultores proprietários, senão, organizava-se uma imensa estrutura fabril para os padrões vigentes, com enorme capital permanente, com capacidade ociosa insustentável (TERZI e PERES, 2010).

Apesar do mercado paulista promissor, o Engenho Central de Piracicaba estagnou, entre outros motivos, pela insuficiência de matéria-prima, entrando em concordata em 29 de abril de 1887, sob a responsabilidade dos sócios Rezende e Castro. Mediante a impossibilidade de saldar os compromissos da empresa quanto ao pagamento dos juros da dívida adquirida junto ao governo, com o lucro da safra daquele ano, os sócios proprietários decidiram anunciar a venda da companhia. No mês seguinte, em 17 de março de 1888, o Barão de Rezende comprou as ações de seus sócios, tornando-se proprietário exclusivo (GUERRINI, 2009; TERZI e PERES, 2010).

O decisivo momento histórico brasileiro, de transição do regime imperial para o republicano, segundo Terzi e Peres (2010), foi marcado por grandes transformações com o fim da escravidão e a instituição da República, além do ciclo virtuoso da produção agroexportadora cafeeira (TERZI e PERES, 2010). Neste sentido, a Primeira República incentivou o setor açucareiro de maneira mais bem mais acertada do ponto de vista econômico que o regime imperial, quando o princípio da divisão entre indústria

e lavoura se esgotou, representando o fim do ciclo dos engenhos centrais e a origem das usinas (PERRUCCI, 1978; MEIRA, 2007).

Em vista das dificuldades de resolver os problemas de falta de matéria prima, além das novas condições impostas pelo novo regime político, aliado às constantes oscilações do mercado e, da necessidade de se adaptar ao novo regime usineiro, em 22 de junho de 1891, a Empresa do Engenho Central foi alienada pelo Barão de Rezende à recém-criada 'Companhia de Cultura de Cana, Fabricação e Refinação de Assucar, Alcool, Cal, etc. - Niagara Paulista', cuja diretoria era composta pelo cel. João Carlos Leite Penteado (presidente), Victor Nothmann e o com. Cícero Bastos, com nova injeção de capital (GAZETA DE PIRACICABA, 10/08/1893).

A introdução de máquinas aperfeiçoadas nos engenhos de açúcar já implicava em endividamento progressivo desde a segunda metade do século XIX. Neste sentido, os engenhos centrais de Porto Feliz, Rafard, Lorena e Piracicaba, instalados entre 1878 e 1884, sofreram várias crises financeiras e acabaram vendidos para investidores franceses, no final do século XIX, os quais passaram a controlar as maiores unidades de produção de açúcar, aguardente e álcool de São Paulo. Segundo Melo (2006), antes da reorganização dos franceses, essas unidades já haviam evoluído para a estrutura usineira, 'integrando a produção agrícola e fabril, sem deixar de manter, pelo menos em parte, o fornecimento de cana de terceiros' (PERRUCCI, 1978; MELO, 2006).

Em 31 de março de 1899 foi lavrada a Escritura de compra do Engenho Central em cartório parisiense, contendo os estatutos da 'Societè de la Sucrerie de Piracicaba', da qual foi fundador o industrial Fernand Doré. Dois dias depois, em 2 de abril, na assembleia geral de acionistas, foi decidida a organização definitiva da citada sociedade, conforme registrado em Ata. Por sua vez, a assembleia geral dos acionistas da Cia. Niágara Paulista, realizada em 17 de abril de 1899, decidiu pela dissolução da companhia (GUERRINI, 2009).

No dia 29 de abril de 1899, a 'Societè de la Sucrerie de Piracicaba' adquiriu a Cia. Niágara Paulista, então presidida pelo com. Cícero Bastos. A nova sociedade era representada pelo industrial Fernand Doré, o engenheiro de artes e manufaturas Paul Henry Durocher e o empresário Maurice Allain (GAZETA DE PIRACICABA, 11/05/1899).

Na nova fase, com injeção de capital francês, verificam-se ainda no ano de 1899 investimentos em infraestrutura, ampliação de planta fabril e aquisição de área de produção agrícola. Em 04 de outubro de 1899 foi inaugurada uma moenda de pressão e repressão e duas caldeiras multitubulares, alimentadas pelo bagaço da cana, capacitadas para produzir duas mil arrobas de açúcar por dia, na safra (GUERRINI, 2009).

A indústria do açúcar paulista mostrava-se, neste período, tão vantajosa economicamente, que atraiu mais capital estrangeiro. Em 24 de outubro de 1907, por meio do decreto nº. 6.699, foi fundada em Paris, a sociedade anônima 'Societé de Sucrerie Brèsilienne - SSB' com a presidência de Maurice Allain, reunindo os

sócios Fernand Doré, Lucien Mellier, Edmond Steinheil e o Conde Léon de Bertier de Sauvigny. Segundo Phillipe Allain (2014), a sociedade foi constituída para funcionar por 30 anos, com o aporte das usinas: de Rafard e Porto Feliz, herdadas pela esposa de Maurice Allain, Ida Wagner, de seu pai, Alexandre Wagner; com a aquisição da usina de Lorena, de seu cunhado Théodore Duvivier; e das usinas de Cupim e Paraíso-Tocos, situadas em Campos no Rio de Janeiro; além da usina de Piracicaba, da qual já era sócio, e adquiriu seu controle acionário. “Além desses ativos, havia uma usina de bebidas alcoólicas em Piracicaba e dois escritórios (a sede em São Paulo e uma filial no Rio de Janeiro)” (ALLAIN, 2014). Desta forma, com os franceses, a usina de Piracicaba passou a ser a maior empresa do Estado em produção e a mais importante do país, com fabricação anual de 100 mil sacas de açúcar e três milhões de litros de álcool.

O Engenho Central de Piracicaba foi até o final da década de 1920, a maior e mais importante indústria da região. Até que no final do período da República Velha, uma praga conhecida como Mosaico devastou os canaviais paulistas, entretanto, acabou por motivar o posterior incremento da produção açucareira no Estado (MEIRA, 2007). Para resolver o grave problema da praga, a Estação Experimental de Piracicaba desenvolveu estudos fundamentais para sua erradicação, defendendo a renovação dos canaviais, com canas javanesas resistentes ao mosaico (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 287 in MEIRA, 2007).

Assim, a SSB alcançou lucros crescentes desde a sua fundação até o período da crise do Mosaico. Tal processo foi acentuado depois da crise de mercado em 1929/30, que reforçou a tendência de intervenção governamental no mercado açucareiro, com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA em 1933, no governo Vargas objetivando equilibrar a produção e o consumo internos, ficando o governo com a responsabilidade sobre os excessos (RAMOS, 1999; MEIRA, 2007; SAMPAIO, 2011; GUIMARÃES, 2012).

Com os incentivos, na década de 1950 e na primeira metade dos anos de 1960 os usineiros conseguiram prosperidade, sendo que foram poucas e pontuais as quebras e falências (SAMPALIO, 2011).

Entre os anos de 1967 e 1968, a alta cúpula da SSB determinou, por intermédio do representante geral no Brasil, a nacionalização e a respectiva mudança na razão social da antiga ‘Société de Sucreries Brésiliennes’, a qual passou a ser denominada como ‘Usinas Brasileiras de Açúcar S.A.’ - Ubasa, abrangendo apenas as usinas e sua sede brasileira em São Paulo. Em 1968, depois da nacionalização da empresa, a Ubasa vendeu seu controle acionário para o Grupo Deltec, após 85 anos de atividades industriais. Stipp Netto (2009) informa que o grupo internacional, entre suas diversas empresas mantinha a Swift, a qual passou a administrar as usinas de Piracicaba, Rafard e Porto Feliz (STIPP NETTO, 2009).

Em 1969 o Grupo Silva Gordo adquiriu da Deltec o controle acionário da Ubasa. O grupo empresarial pertencia ao Banco Português do Brasil S.A., e era controlado pelo

banqueiro José Adolpho da Silva Gordo. Na ocasião, José Adolpho já havia também adquirido a Refinadora Paulista S.A., que além da Usina e da Fábrica de Papel e Celulose de Monte Alegre em Piracicaba, mantinha a Usina Tamoio em Araraquara, e a Fazenda Guatapará, em Américo Brasiliense - SP (STIPP NETTO, 2009).

Do decorrer de 1969 ao primeiro semestre de 1970, a nova administração promoveu alterações estruturais e organizacionais em todas as suas empresas e unidades industriais. Apesar da reorganização administrativa, o Grupo Silva Gordo, motivado pelo crescimento urbano e a valorização imobiliária da região ao redor da usina e das fazendas de cultivo de cana, decidiu encerrar as atividades das usinas em 1972. Em consequência da venda do controle acionário das Empresas do Grupo Silva Gordo, concretizada possivelmente em novembro de 1972, as usinas oriundas da antiga Ubasa foram transferidas para um novo grupo empresarial imobiliário (STIPP NETTO, 2009).

O Engenho Central realizou sua última safra entre os anos de 1972 e 1973, com sua produção de açúcar estabelecendo um recorde, tendo sido a mais volumosa de sua existência quase centenária, com 742.186 sacas de açúcar de 60 quilos. Segundo Stipp Netto (2009): “Justamente nos últimos anos, quando a parte industrial deixou de ser provida por investimentos, manutenções e reformas necessárias, sucateado e enfermo, o ‘Engenho Central’ deu mostra de sua bravura, deixando um grande legado a todos nós, alcançando essa marca histórica” (STIPP NETTO, 2009).

Com o fim definitivo do caráter industrial da empresa, foi iniciado o empreendimento imobiliário Terras do Engenho promovido pela Companhia City com o loteamento de antigas fazendas de produção de cana, que se configuraram nos atuais bairros de Nova Piracicaba, Santa Rosa, entre outros. Com isso, todo o maquinário da usina foi vendido como sucata, restando apenas os edifícios parcialmente arruinados pelo processo de desmontagem.

Depois de anos de abandono do sítio industrial, em 1989, a Prefeitura de Piracicaba desapropriou a área que atualmente configura o Parque do Engenho Central, a qual já havia sido destacada dos loteamentos promovidos na década anterior. No mesmo ano, em 11 de agosto, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - Codepac tombou o conjunto remanescente, incluindo todos os edifícios e também a mata nativa. Em 26 de agosto de 2014, o Condephaat decidiu pelo tombamento de toda a extensão do parque, especificando níveis de tombamento distintos para as edificações.

AS INSTALAÇÕES FABRIS DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA

O pátio industrial do Engenho Central de Piracicaba foi configurado no decorrer dos seus anos de funcionamento, de acordo com as necessidades do sistema de produção, sendo que além da edificação de diversos equipamentos industriais, também promoveu modificações paisagísticas na área da antiga fazenda São Pedro, incluindo

aterro e construção de muros de contenção no Rio Piracicaba e o desmatamento do local, cujas madeiras foram utilizadas nas edificações e também serviram como lenha para as fornalhas.



Fig. 1: Engenho Central de Piracicaba no início do século XX.

Fonte: Arquivo DPH Ipplap. Foto: José Bidschovsky.

Dentre os primeiros edifícios construídos, destaca-se o da fábrica de açúcar instalada em 1882 (fig. 1), o qual era estruturado por um arcabouço interno de ferro pré-fabricado, importado da França e coberto por uma cúpula metálica em quatro águas com um lanternim, arrematada por um coruchéu com um para-raios. A entrada principal da fábrica era marcada por uma portada classicista, composta com pilastras, entablamento e um frontão em arco abatido que ostentava um relógio, constituído por volutas coroando o conjunto. As janelas deste edifício eram vidraças aximezes em arco abatido e suas portas também foram executadas com o mesmo modelo de arco, com bandeiras envidraçadas. O único registro documental sobre este recinto fabril é uma filigrana estampada nos papéis das ações da empresa, que apesar de ilustrativa, permite a análise e a compreensão de sua configuração original, livre dos demais edifícios anexados posteriormente. Em 1905, já em posse da SSB, o edifício (fig. 1 e 2) havia passado por ampliações na lateral esquerda, com anexos ligados ao bloco da moenda, que também exhibe a destilaria, as duas chaminés originais, um grande armazém, o antigo escritório e outras instalações de pequeno porte, não identificadas. Com a necessidade de ampliação da planta fabril da usina, a fábrica de açúcar foi ampliada, com a inserção de dois blocos laterais com cobertura em lanternim (fig. 3), e consequente nova fachada principal em alvenaria aparente, entretanto, preservando o interior original montado com a estrutura de ferro pré-fabricada, incluindo a cúpula original. Com a nova configuração, o edifício da moenda também foi ampliado e totalmente anexado à fábrica de açúcar.



Fig. 2: Usina (Engenho Central) da SSB no início do século XX.

Fonte: Arquivo Arquivo pessoal.

Após diversas reformas de ampliação para adequação das atividades fabris, a antiga fábrica de açúcar foi demolida para ceder lugar a um edifício de maiores proporções na década de 1950. Dividido em duas partes para servir como fábrica e refinaria, o novo prédio foi denominado como 7A e 7B (também conhecido como edifícios ‘gêmeos’) e tem características do estilo Art-déco nas platibandas (fig. 4), combinadas com elementos tradicionais do repertório eclético, costumeiramente empregados nos edifícios fabris de alvenaria aparente como os arcos abatidos, as cimalthas, os frisos e molduras.

Outro destaque para o conjunto primitivo do Engenho Central era o bloco industrial para armazenamento de sacas de açúcar, dividido em quatro empenas, com um óculo oval em cada ‘frontão’ (fig. 3).

Além dos edifícios de caráter industrial, também foram construídas edificações com características tradicionais de residências, como a sede administrativa datada de 1898, o único remanescente integral da fase da Cia. Niágara, atualmente ocupada pelo Departamento de Patrimônio Histórico do Ipplap. A casa foi construída seguindo a tradição luso-brasileira, com telhado em beiral e janelas de guilhotina com folhas de escuro, entretanto, já apresenta elementos característicos do final do século XX. Na década de 1920, passou por uma reforma na fachada, com a inserção de elementos decorativos Ecléticos. Pelas características dos elementos decorativos nas molduras das janelas frontais, é possível que a obra tenha sido executada pelo engenheiro dinamarquês Dr. Holger Jensen Kok, o qual utilizou o mesmo repertório em outras obras.

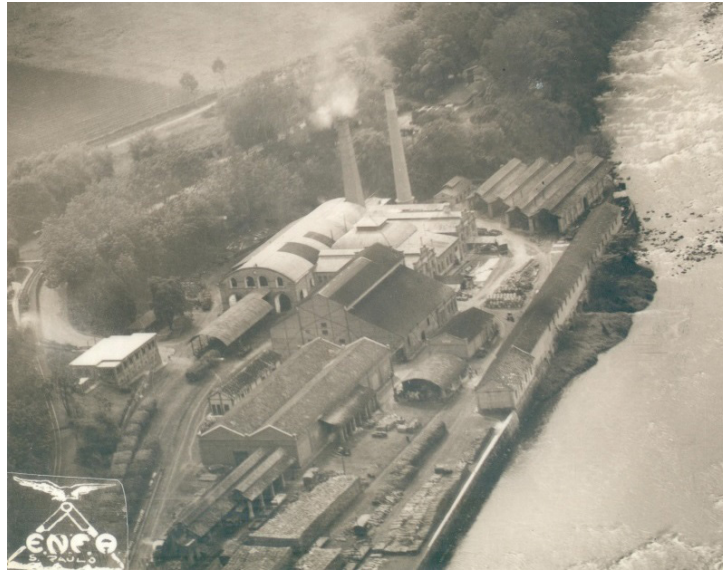


Fig. 3: Engenho Central em meados do Século XX.

Fonte: Arquivo IHGP.

Além do Dr. Kok, que dirigiu a empresa entre 1911 e 1920, muitos profissionais trabalharam em distintas construções no complexo fabril, como o (provavelmente) alemão Daniel Rinn, que construiu o edifício da destilaria (Edifício 6) em 1916, e o prédio dos escritórios em 1937 (Prédio 4); o francês Jean Baulbaud engenheiro químico, que substituiu o engenheiro Rinn na década de 1930, construiu o prédio da moenda (Edifício 5) e chaminés; e o francês Marc Mourras, projetou o portal de entrada. Apesar do registro de engenheiros como autores dos projetos dos edifícios, ainda não foram identificadas referências sobre a presença de arquitetos como autores das obras, sendo possível que tenham sido realmente projetados por engenheiros, relacionados ao caráter industrial de suas funções, já que vários destes edifícios foram construídos em volta do maquinário já montado no local.

A SSB substituiu no decorrer do tempo e dependendo das necessidades fabris, os antigos edifícios por outros, sempre em alvenaria aparente (interior e exterior), sendo alguns mais elaboradas que outros, assim como o sistema metálico pré-fabricado, o qual também foi empregado nos demais edifícios, tanto em sistemas estruturais, quanto nas tesouras das coberturas.

Dos edifícios construídos no século XIX, restam poucos, apesar de alguns remanescentes terem sido construídos aproveitando arcabouços existentes anteriormente, como no caso do Edifício 5, antiga moenda, o qual foi ampliado, ganhando nova fachada, provavelmente com projeto de Baulbaud.



Fig. 4: Usina (Engenho Central) da Ubasá no final da década de 1960.

Fonte: Arquivo CMP.

Das construções promovidas pelos franceses cabe destaque o prédio da antiga Destilaria (Edifício 6) e o edifício do Escritório (Prédio 4), atribuídos ao engenheiro Daniel Rinn, que revelam habilidade construtiva. Substituindo um prédio de 1900, a construção desta destilaria data de 1916, cuja inscrição está forjada na bandeira da entrada principal, no entanto o prédio foi ampliado em 1934, quando o corpo central ganhou mais dois blocos. Foi edificado com paredes de alvenaria aparente, estruturadas por vigas, pilares e peças intertravadas cruzadas, todos metálicos. Inclusive, este sistema estrutural, que é modulado, possibilitou as ampliações de pavimentos, pois as peças estruturais puderam ser reproduzidas e encaixadas. O edifício reúne vários tipos de envasaduras, desde os vãos em arco pleno até janelas envidraçadas de guilhotina, sendo que todas as quatro fachadas diferem entre si.

Já o prédio do Escritório foi construído seguindo um padrão muito próximo ao residencial, com arcabouço em alvenaria de pedra, janelas de guilhotina e venezianas e uma varanda cujos acessos se davam para o gabinete do administrador e também para as salas de trabalho. O destaque deste edifício é para a ornamentação construída caprichosamente com tijolos em relevo.

Da presença dos franceses, ressalta o paisagismo aplicado entre a antiga residência do administrador (também construída em alvenaria aparente, com detalhes e ornamentação em tijolos), e a antiga casa administrativa. Desde a residência, um chafariz cercado por um caramanchão, em frente ao prédio, faz ligação através de escadaria, com a área do escritório, cujo acesso para os dois se dá por uma escadaria em leque.

Outras edificações (fig. 4) foram acrescentadas ou eliminadas conforme a necessidade de produção ou armazenamento, especialmente os edifícios que se situam após o antigo pátio ferroviário, à esquerda, no complexo. Os armazéns (edifícios 14, 14A, 14B e 14C), seguiram programas semelhantes modulados de acordo com o tamanho

necessário.

A PAISAGEM CULTURAL CONSTITUÍDA

Ribeiro (2007, p. 3) afirma que “a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade”. Neste sentido, Weissheimer (2009, p. 14) expõe que “o conceito de paisagem cultural já é utilizado em outras partes do mundo - como na Espanha, na França e no México, por exemplo - e viabiliza a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação desse patrimônio”.

Segundo conceitos de Mascaró (2008, p. 15), a paisagem cultural do Parque do Engenho Central de Piracicaba pode ser definida como “uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerada antes de qualquer intervenção humana), na qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura (...)”. Desta forma, a paisagem passa a ser entendida como produto do processo de humanização que modificou meandros naturais do rio, incorporando a ela atividades urbano-industriais, agrárias, econômicas, sociais e culturais, que formaram as diferentes percepções visuais que estão materializadas no cenário da cidade, com inúmeras camadas de atividades socioeconômicas e culturais que devem ser ali preservadas e revalorizadas.

A paisagem cultural do Engenho Central teve sua formação constituída pela ação antrópica na natureza por razões econômicas, na instalação de equipamentos fabris, cuja presença da água foi fator determinante como força motriz. Ao longo do século XX e até a atualidade, as edificações que caracterizaram a paisagem cultural do engenho Central perderam gradativamente suas funções originais, configurando um processo razoavelmente sutil de desconstrução da paisagem cultural ali estabelecida.

Da mesma forma que a construção desta paisagem, sua desconstrução apresenta motivação tanto econômica, quanto social: com base na iconografia produzida por meio de cartões postais e fotografias do arquivo da empresa, e também de antigos funcionários, é possível reconhecer a conformação primitiva e as transformações da planta fabril do Engenho Central na paisagem cultural de Piracicaba, formada pela presença do rio Piracicaba e seu de Salto, elementos exuberantes da natureza, que se compõem com o conjunto edificado que agregou ou eliminou elementos ao longo dos anos, até sua versão atual (CACHIONI, 2012).

Ao se apropriarem do território, os empresários que construíram o Engenho Central de Piracicaba, criaram um movimento que envolveu as atividades econômicas, sociais e culturais ao longo de seu percurso histórico, como também precisaram resolver as limitações físicas de transposição do rio e a ocupação de suas margens, canalização de águas, trazendo transformações urbanísticas que distribuíram todos estes elementos numa lógica própria e peculiar. O processo de organização espacial

do Engenho Central de Piracicaba é único e contribuiu para que esta área se tornasse um conjunto histórico-cultural de considerável valor patrimonial, tombado nos níveis municipal e estadual (CACHIONI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do território por meio de sua história faz compreender a importância na manutenção dos espaços e na contínua conformação e desenvolvimento da cidade. No caso do Engenho Central de Piracicaba, desde sua formação original, houve inúmeras mudanças na planta fabril, com a inserção ou a supressão de edifícios e montagens industriais, que modificaram a paisagem ali constituída. Entretanto, o impacto causado pelas mudanças variou conforme a escala das intervenções, tendo sido a maior delas a demolição da fábrica original e sua substituição pelo novo edifício que compreendia a fábrica e a refinaria. Algumas das substituições foram pontuais e não trouxeram maior impacto visual na paisagem, e assim, não alteraram a percepção do conjunto histórico de maneira significativa.

A paisagem cultural da região constituída pelo conjunto ribeirinho da Rua do Porto e pelo Parque do Engenho Central de Piracicaba constitui-se um espaço natural no qual foram inscritos elementos e estruturas construídas. Assim, a apropriação daquele território configura-se a partir do processo de humanização que formaram as diferentes percepções visuais que atualmente estão materializadas no cenário da cidade.

Ainda que alterada no decorrer dos anos por construções e reconstruções, como paisagem cultural, a versão industrial remanescente e definitiva, combinada com a natureza constituída pelo Salto do Rio Piracicaba e a mata nativa, se configura indissociável do imaginário piracicabano, com fortíssimo apelo identitário, sendo considerado um dos principais signos da cidade e reconhecida por toda a sua população.

REFERÊNCIAS

ALLAIN, Philippe. **Memórias**. São Paulo: Riemma Editora, 2014.

CACHIONI, Marcelo. Construindo e desconstruindo a paisagem cultural da Rua do Porto em Piracicaba. In: **Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Porto Alegre, 2012.

CAMARGO, Manoel de A. **Almanak de Piracicaba para 1900**. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899.

GAZETA DE PIRACICABA. Piracicaba, 10/08/1893.

GAZETA DE PIRACICABA. Piracicaba, 11/05/1899.

GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos**. 2 volumes. Piracicaba: IHGP, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A indústria álcool-motora no Primeiro Governo Vargas (1920-1945)**. Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1991, p.59.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia, açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: USP, 2007.

MELO, José Evandro Vieira de. Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX. In: **Saeculum Revista de História**. [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. O longo processo histórico de consolidação da “Macro-Região Canavieira Paulista”. In: **Tamoios**. Ano VII. Nº 2. Cidade, 2011.

SZMRECSÁNYI, Tamás. 1914-1939: Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, junho, 1988, p. 50-51.

STIPP NETTO, José. Indústrias Anexas. In: **Revista IHGP**. Nº 16. Piracicaba: IHGP, 2009.

TERCI, Eliana e PERES, Teresa M. Ascensão da agroindústria canavieira paulista: o caso de Piracicaba no início do Século XX. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 445-456, 2010.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem Cultural**. Brasília: Iphan, 2012.

Arquivos consultados:

Câmara Municipal de Piracicaba - CMP.

Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - DPH Ipplap.

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP.

Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo - Semactur.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

